



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

MEMÓRIA DE REUNIÃO SIGA Nº TRF2-MRU-2024/00098

Rio de Janeiro, 03 de fevereiro de 2025.

Objetivo da reunião: Continuidade e acompanhamento das ações definidas na reunião anterior
Horário e local: 14h00 - Videoconferência
Assunto: Registro de reunião

Participantes	Função/Cargo	Unidade
Ana Carolina Vieira de Carvalho	JUIZ FEDERAL CONVOCADO	NJFI2
Valeria Caldi Magalhaes	JUIZ FEDERAL CONVOCADO	NJFI2
João Batista Coelho	Coordenador(a) de Núcleo	NJFI2
Fernanda Cristina Gomes Costa	Oficial de Gabinete da Secretaria Geral da Presidência	TRE/RJ
Jorge Luiz Fernandes da Silva	Supervisor da Ouvidoria	TRT1
Antônio Francisco Ligiero	Diretor	TJRJ
Cristiane Lima	Representante	SAPS/ SES RJ
Ewerton Santos Rocha	Coordenadoria de Gestão intersetorial e frequência escolar	Governo RJ - SEEDUC
Aline Caixeta	Procuradora da República	MPF
Claudia Simões Carvalho	Superintendente de Assistência Especializada	Fundação Leão XIII
Anderson Rocha da Silva	Representante	Governo RJ - SETRAB
Cristiane Xavier de Souza	Defensora Pública Estadual	DPE
Samara Milene da Silva	Superintendência de Atenção Primária à Saúde	Governo RJ - SAÚDE

Classif. documental

00.10.00.05



TRF2MRU202400098A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

Maria Célia	Coordenadora dos Hotéis Acolhedores	Governo RJ - SEDSODH
-------------	-------------------------------------	----------------------

Pauta

1. Abertura

No dia 13 de novembro de 2024, às 14h00, por videoconferência, reuniram-se os membros do Comitê Regional Pop Rua Jud - Rio.

Foram retomados os debates da reunião anterior (TRF2-MRU-2024/00096) para atualização do andamento dos trabalhos de cada subgrupo, definição do calendário de reuniões para o ano de 2025, recepção de propostas de ação para o ano de 2025 e informes gerais.

Subgrupo 1 – eixo Trabalho informou que o desenvolvimento do projeto de cooperação técnica está em andamento e que foi elaborada minuta a ser enviada para formalização até o fim deste ano com os seguintes órgãos parceiros: TRT1, SMAS, MPT, Ministério do Trabalho, A Nova Chance, SINE, Cáritas.

Em reunião com a CEDAE, houve sinalização de aderir ao projeto, tendo disponibilidade de empregabilidade da área de construção civil, ressaltando a importância do trabalho em rede para que as pessoas em situação de rua tenham acesso ao programa.

Subgrupo 2 – eixo Protocolos/Fluxos de Atendimentos informou que houve melhorias no sistema processual EPROC/TRF2 para tratamento das lacunas como de dificuldade de identificação de processos de pessoas em situação de rua.

Foram criados protocolos e fluxos de tratamento de processos para identificação das pessoas em situação de rua, a fim de viabilizar o monitoramento, como nas ações penais. Confeccionado também um passo a passo para ser divulgado entre os advogados via OAB.

O projeto de fluxo permanente de tratamento de projetos da Justiça Federal que envolve pessoas em situação de rua para tratamento de ações de natureza previdenciária ainda não foi concluído, mas verificou-se a possibilidade de utilizar o mesmo fluxo no atendimento feito pelo CIPOP.

Foi informado que nesse fluxo não se almeja o início de uma ação judicial, mas a abertura de um atendimento pré-processual que irá direto para a conciliação, onde a pessoa já sairá com a audiência e a perícia agendadas, ressaltando-se que faltam as adesões da DPU e da Procuradoria do INSS ao CIPOP.

Quanto ao monitoramento das ações de interesse da população em situação de rua, é esperado que os dados atuem como uma bússola de forma a identificar as demandas na região, facilitando a criação de políticas públicas assertivas.

Subgrupo 3 – eixo Documentação/Sub-registro informou que está em discussão um projeto para a capacitação dos registradores dos RCPN's sobre a materialização de documentos de outros estados. Essa capacitação aconteceria em um único dia, de preferência no espaço do TJRJ, com palestras na parte da manhã para tratar sobre o que é a materialização, aspectos jurídicos, ferramentas e procedimentos técnicos. Na parte da tarde, seriam oferecidas oficinas práticas.

Foi ressaltado que há dificuldade de acesso documental por parte da população em situação de rua, pois os cartórios e os Detrans exigem a apresentação de documentos que eles não possuem e com isso são impedidos de acessar programas sociais como o CadÚnico, por exemplo.



Próximas ações/ propostas para 2025

Verificar a possibilidade de capacitação da guarda municipal, tanto para seus coordenadores quanto para os agentes que estão em contato com a população de rua. Nesta linha, foi ressaltado a necessidade de atualização das cartilhas de atendimento dos órgãos envolvidos, com a legislação atualizada, para divulgação na Guarda Municipal do Rio de Janeiro e posteriormente nos demais municípios, a fim de se ter uma eficácia mais abrangente.

Verificar a possibilidade de ações conjuntas com todos os órgãos envolvidos para se alcançar maior representatividade nos projetos.

Encaminhamento de ofício ao TJRJ para que haja sinalização dos processos referentes à população em situação de rua, haja vista a adoção do sistema processual EPROC por aquele órgão.

Próximas reuniões: **o calendário 2025 será enviado no grupo de whatsapp do Comitê.**

Encerramento

Debatidos os temas propostos, a reunião foi encerrada e lavrada esta ata para registro e futuras ações.

- assinado eletronicamente -
VALERIA CALDI MAGALHAES
Coordenadora do Comitê Regional Pop Rua Jud - Rio
NÚCLEO DE JUSTIÇA FEDERAL ITINERANTE DA 2ª REGIÃO

